Ata da 34ª Reunião Ordinária do 3º Ano Legislativo, da 19ª Legislatura da Câmara Municipal de São Bento do Sul, realizada aos dezessete dias do mês de julho, do ano de dois mil e vinte e três, às dezenove horas, em São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, nas dependências da Câmara Municipal, situada à Rua Vigando Kock, nº 69. Os vereadores se reuniram, em sessão ordinária, sob a presidência da Vereadora Zuleica Maria Sousa Voltolini, secretariada pelo vereador Adriano Reinhardt, primeiro secretário. Presente a totalidade dos senhores vereadores. Havendo quórum legal, em nome do Povo de São Bento do Sul, foi aberta a sessão. **EXPEDIENTE**: As matérias recebidas, correspondências recebidas e correspondências expedidas constam na pauta que é parte integrante da presente Ata. **ORDEM DO DIA**: Dentro da ordem do dia a sra. presidente encaminhou às comissões técnicas os Projetos de Lei do Executivo Municipal de n° 413 de 2023 e o Projeto de Lei n° 99 de 2023, do Legislativo Municipal. A sra. presidente encaminha para as comissões de finanças, contas e orçamentos o Balancete de Verificação Mensal de Junho de 2023, da Empresa Municipal de Habitação (EMHAB). **ATA**. Foi discutida e colocada em votação a Ata da 32ª Reunião Ordinária de 2023, sendo aprovada por unanimidade. **ENTREGA DE MOÇÃO DE APLAUSOS**: Em seguida a sra. presidente discursa a entrega da Moção de Aplausos do Sindicato dos Servidores Públicos de São Bento do Sul, pelos seus 30 anos de fundação. Com a palavra, a vereadora Terezinha Dybas, que prestará homenagens em nome dos vereadores proponentes da Moção. Disse que não poderia haver melhor dia para prestar essa homenagem, agradecendo todo o Sindicato e sua existência que tem prestado serviço relevante a toda categoria dos servidores públicos. O sindicato, de forma racional, defende os interesses dos servidores públicos e busca de uma maneira que seja possível conciliar com aquilo que pode ser atendido. Falou que quando conversou com o Dino para fazer esta Moção de Aplausos, e há na sociedade pessoas que entendam que a Moção não deveria ser feita nesta Casa, o que discorda, entende que entidades e empresas que prestam serviços relevantes para a sociedade que contribuam com o desenvolvimento de São Bento do Sul devem sim ser lembrados e homenageados. Esse reconhecimento não há melhor lugar do que a Casa do povo. Disse que quando propôs a entrega desta Moção ao sindicato pela passagem dos seus 30 anos de fundação, convidou todos os vereadores para que assinassem junto a si, a importância, e todos os vereadores consideraram. Quanto à proposição, falou que foi feito a seguinte justificativa: “Uma história de lutas, grandes batalhas e muitas conquistas. É assim que podemos definir os 30 anos de fundação do sindicato dos servidores públicos municipais de São Bento do Sul e região, comemorados no dia 30 de dezembro de 2022. Nesses 30 anos de atuação, o sindicato pautou seus trabalhos sempre prezando pelo diálogo, pelas negociações e convencimento de suas propostas ou contrapropostas. Tendo sido raríssimos os episódios de atos mais extremos, a exemplo de greve que embora seja um ato legítimo, é reservado somente para quando não há mais nenhuma possibilidade de diálogo. O sindicato de São Bento do Sul e Campo Alegre buscam incansavelmente os anseios da categoria, como

aumento salarial, segurança do trabalho, avanços na carreira, procurando ponderar seus pedidos com equilíbrio das contas públicas e vistas com maior eficiência administrativa, pautado pela coerência, pelo diálogo constante e pelo caráter técnico de suas manifestações juridicamente embasadas. A negociação entre o sindicato e as prefeituras de São Bento do Sul e Campo Alegre é algo muito sério e de grande responsabilidade, pois impacta na vida de mais de 3000 servidores ativos e aposentados. E pode-se estimar aproximadamente 15 mil pessoas, quando considerada a família desses servidores. Mas além dos direitos trabalhistas, o sindicato é uma grande associação. Dispõe de diversos benefícios a seus sócios, convênios médicos, odontológicos e para descontos no comércio. Oferece também plano de saúde e desconto com clínicas médicas e de exames, fazendo seu papel social, auxiliando seu sócio a ter acesso à saúde privada, assessoria jurídica e diversos. Além de proporcionar ambientes de descontração e união dos servidores públicos. Diante desta justificativa de merecimento, esta vereadora e os demais vereadores desta Casa, propõe a entrega da Moção de Aplausos ao Sindicato dos Servidores Públicos de São Bento do Sul e região, que há 30 anos representa essa categoria de trabalhadores, responsáveis por fazer girar essa grande engrenagem da administração pública". Com a palavra, o presidente do sindicato, Sr. Edmilson Benedito de Assis. Nosso sindicato completou 30 anos no fim do ano passado, em 30 de dezembro, para se ter ideia, quando entrou na prefeitura de São Bento do Sul, não existia sindicato. Hoje parece um absurdo que o trabalhador e o servidor público não têm um representante sindical, mas antes era normal. Antes do sindicato, era o servidor que negociava vantagens diretamente com o prefeito, isso é, alguns recebiam benefícios individualmente e outros não. Essas decisões eram meramente políticas. O nascimento do sindicato é acima de tudo o mais cristalino significado de igualdade entre os servidores. O servidor ganhou uma voz para falar por todos. No primeiro momento que se lembra quando se diz a palavra sindicato, é de greve. A principal bandeira do nosso sindicato sempre foi a negociação, cobramos a administração pública somente o que é justo, é possível e o que é direito do servidor. Mostram a dificuldade que os servidores encontram no seu dia a dia, não trazem apenas o problema, se cria soluções. Negociar saídas que sejam comportadas pelo município de forma eficaz e que tragam também resultados a população. Mas além da questão dos direitos funcionais, o sindicato atua com muita força no lado social dos servidores. Hoje temos mais de 150 convênios nos mais diversos segmentos, que permitem pagamentos, descontos e parcelamentos aos servidores conveniados. Isso representa mais de 2 milhões ao mês que entra no comércio de São Bento do Sul através do sindicato. Já perguntaram se o sindicato possui um lado, tem sim, o lado do servidor, sempre. Agradeceu a invejável equipe do sindicato, que abraça o movimento, veste a camisa e vive o sindicalismo, dando suporte aos servidores e as bandeiras de luta. As secretárias que atendem diariamente o sócio, como também a diretoria, que nunca medem esforços para que os objetivos sejam alcançados. Finalizou fazendo um agradecendo especial ao servidor público, porque sem ele, o

sindicato não existiria. **DISCUSSÃO ÚNICA E VOTAÇÃO**: Na sequência, a sra. presidente colocou em discussão única acerca da Redação Final ao Projeto de Lei do Executivo n° 388 de 2023. Com a palavra, a vereadora Terezinha Dybas. Falou que o projeto foi aprovado na última sessão com uma emenda dos vereadores para adequar este projeto e então a necessidade de fazer a redação final, incluindo esta emenda aprovada. Na última sessão foi aprovado a emenda e o projeto, e hoje apenas está sendo votado a redação final. Não havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação a Redação Final ao Projeto de Lei do Executivo n° 388 de 2023, sendo aprovada por unanimidade. Na sequência, a sra. presidente colocou em discussão única acerca do Projeto de Resolução n° 27 de 2023. Com a palavra, a vereadora Lindacir Conde. Disse que o projeto visa instituir o banco de ideias legislativas no município de São Bento do Sul. Tem como principal objetivo a participação de toda a comunidade e esses estreitamentos entre a Casa de Leis e todo o povo. O banco de ideias já existe em outras cidades da região, trás uma inovação, uma grande ferramenta de aproximação com a comunidade. Qualquer cidadão, associação, partido político poderão participar, trazer sugestões, reinvindicações para a Câmara de Vereadores. Com a palavra, a vereadora Terezinha Dybas. Acredita que todos os dias os vereadores encontram munícipes que fazem sugestões. Disse que em qualquer lugar da cidade os cidadãos dão sugestões diárias aos vereadores. Mas quando é proposto uma regulamentação, escrita e entregue e protocolada na Câmara, será visto por mais pessoas e será mais formalizado, não quer dizer que as outras proposições ditas aos vereadores não vão ser levadas em consideração, mas a ideia protocolada vai contribuir com o desenvolvimento da cidade, no sentido de formalizar as ideias. Com a palavra, a vereadora Carla Hofmann. Parabenizou a iniciativa da vereadora Lindacir, citando a vereadora Terezinha em seu discurso, que é uma casa do povo. E com essas ideias formais dará mais ênfase e fomentará as análises de projetos e riqueza de projetos, onde trará mais detalhes acerca de reinvindicação, anseios. Citou que mesmo assim é preciso tomar cuidado para delimitar as competências relacionados à Câmara, porque sabe de muitos anseios que devem medir a competência. Reiterou que muitas sugestões podem não ser de competência dos vereadores, para falar sobre código de defesa do consumidor, leis processuais. Falou que neste ponto, ainda assim é importante porque o cidadão saberá as reais competências de um vereador. Vereadora Terezinha pede aparte. Falou que a cada ideia legislativa que venha para a Câmara, deve ser dado uma resposta, positiva ou negativa, porque muitas vezes a sugestão pode não ser competência da Casa Legislativa. Com a palavra, o vereador Jairson Sabino. Parabenizou a vereadora Lindacir pela brilhante ideia de fazer um banco de ideias. Falou que ao longo dos séculos, o mundo vem sendo alavancado por boas ideias em todos os países e pode ser inestimável um valor de um banco desses. Espera-se que seja eficaz, com ótimas ideias. Disse que se algum munícipe puder apresentar alguma ideia e ficar frustrado, avisando antecipadamente que há limitações legais, orçamento, mas de qualquer forma pode não ser possível no presente, mas no futuro. Não

havendo mais nenhuma manifestação, a sra. presidente colocou em votação o Projeto de Resolução n° 27 de 2023, sendo aprovada por unanimidade. **MATÉRIAS EM 1ª DISCUSSÃO.** Em seguida a sra. presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 409 de 2023 - Autor: Executivo Municipal – Que autoriza o poder executivo a abrir crédito adicional suplementar no valor de R$ 230.000,00. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Este valor é encaminhado para a pasta a Fundação Cultural e está saindo da Secretaria Municipal de Administração. Com o objetivo de fazer uma readequação acústica no Centro Cultural Dr. Genésio Tureck, o que tornará o espaço mais atrativo para eventos e trazendo mais conforto aos usuários. Comentou que muitas vezes, no caso do Centro Cultural, não é valorizado pelo o que se tem. Falou sobre a viagem que a vereadora Carla e o vereador Adriano fizeram até Curitiba com parte do setor do planejamento para verificar o que o EPUC em Curitiba faz. Sobre a viagem, falou que, segundo o relato dos próprios e da conversa que houve, há um espaço em Curitiba muito parecido com o nosso, no qual foi revitalizado e é grande atrativo, tanto cultural quanto turístico. Reiterou que tem imóveis em São Bento do Sul que devem ser valorizados, devem ser cuidados e este investimento do presente projeto irá trazer benefícios para a cidade. Disse que o setor de planejamento do município foi para Curitiba com o intuito de conseguir inspirações para que São Bento do Sul também seguisse um caminho de revitalização e incentivo ao turismo e cultura. Disso já resultou resultados, com a prefeitura criando uma diretoria de planejamento, que será para os anos futuros, e não somente em tal governo, comentou que isso é pensar em São Bento do Sul em dez, quinze, trinta anos. Com a palavra, a vereadora Carla Hofmann. Disse que é bastante importante que o município tenha tomado essa iniciativa, falou que sabe que os grupos culturais sempre tem reclamado da questão acústica. Aprimorar isso certamente vai fazer que, além de ter um prédio histórico belíssimo, que representa na vida da cidade, o primeiro contato que muitas pessoas tiveram com o cinema. Falou que é importante que se tenha espaço com qualidade para que torne realmente uma estrutura turística e cultural. Parabenizou o Executivo e a Fundação Cultural pela iniciativa. Não havendo mais manifestações, a sra. presidente informa que o referido projeto passará por segunda discussão em sessão futura. Em seguida a sra. presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 410 de 2023 - Autor: Executivo Municipal – Que autoriza o poder executivo a abrir crédito suplementar no valor de R$ 1.000.000,00. Com a palavra, a vereadora Terezinha M. Dybas. Disse que este valor está sendo readequado dentro da própria pasta da Secretaria Municipal de Educação, tem por objetivo a reforma na cozinha, colocação de segunda porta de segurança e melhoria nas cercas e adequação. As melhorias na cozinha serão feitas na CEIM Peter Pan, adequação de salas de aulas e melhorias nas cercas na CEIM Fada Madrinha, no CEIM Pica Pau reforma da cozinha e troca de piso em cinco salas de aula, no CEIM Cantinho do Céu reforma na cozinha e novo acesso. Na escola Sossego da Mamãe reforma e pintura da unidade. Na escola Castelo Encantado reforma da cozinha, sala dos professores e segunda porta, aumentando a segurança.

Na escola Alfredo Diener reforma total. Na escola Lúcia Tchoeke reforma da cozinha, reforma em algumas salas e pinturas e na escola Newton Mendes reforma da cozinha. Não havendo mais manifestações, a sra. presidente informa que o referido projeto passará por segunda discussão em sessão futura. Em seguida a sra. presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 411 de 2023 - Autor: Executivo Municipal – Que autoriza o poder executivo a abrir crédito suplementar no valor de R$ 322.270,52. Com a palavra, a vereadora Terezinha Dybas. Este é um valor que está sendo readequado dentro da própria pasta da Fundação Municipal de Desportos, tendo a finalidade de cobrir custos com arbitragem, transporte e alimentação com atletas de diversa competições fora do município. Não havendo mais manifestações, a sra. presidente informa que o referido projeto passará por segunda discussão em sessão futura. Em seguida a sra. presidente colocou em 1ª discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 412 de 2023 - Autor: Executivo Municipal – Que autoriza o repasse financeiro, celebração de convênio entre o município de São Bento do Sul, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde e a sociedade Padre Eduardo Michelis, do Hospital e Maternidade Sagrada Família. Com a palavra, a vereadora Terezinha Dybas. O dinheiro é oriundo de economias da Câmara de Vereadores e está sendo repassado ao Hospital Sagrada Família, em virtude de uma conversa do diretor do Hospital com a presidência da Casa e demais vereadores para a compra de alguns equipamentos necessários ao setor de atenção especializada do Hospital. Isso trará mais qualidade à estrutura do Hospital irá trazer mais conforto aos pacientes. Não é a primeira vez que a Câmara Municipal repassa valores ao Hospital, nos dois primeiros anos, oriundos de economias da Câmara de Vereadores, tanto para o Hospital quanto para que fosse possível a troca do letreiro no morro da igreja, assim também incrementar a merenda escolar do ano passado. Falou que é sabido que todo dinheiro que sobra no fim do ano do orçamento da Câmara, deve ser devolvido ao município. Disse que neste caso a Câmara apenas devolve e o prefeito escolhe a destinação conforme a necessidade que o Executivo tem. Comentou que existe uma parceria entre os vereadores e o Executivo, no qual o Executivo atende os pedidos que os vereadores fazem e este é mais um pedido que está sendo atendido. Parabenizou a presidente, que o repasse está sendo feito na metade do ano e não no fim do ano. Não havendo mais manifestações, a sra. presidente informa que o referido projeto passará por segunda discussão em sessão futura. **TRIBUNA POPULAR**. A sra. presidente informa, que atendendo o requerimento n°108 de 2023, da autora Zuleica Voltolini, que serão explanados sobre o piso nacional da educação. Com a palavra, o Sr. Fernando Mallon. Iniciou a fala dizendo que houve uma Assembleia, nesta mesma Casa, com professores, uma segunda Assembleia também porque já tinha dado um prazo para que o município desse uma resposta ao pleito do piso nacional da educação. Essa resposta continua sendo negativa e foi feita outra assembleia no início do mês. Nesta assembleia, por sugestão e aprovação dos professores, que pediram o uso da Tribuna Livre, isso foi uma deliberação que vieram dos professores e não do sindicato. Mostrando textos no telão, alguns artigos legais

da constituição e das leis. Falou e detalhou sobre os incisos contidos em textos na constituição federal. No próximo texto do telão, é mostrado a Lei do Piso Nacional de Salários dos Profissionais de Educação. Reiterou que o piso é obrigação da União, dos Estados e dos Municípios, não é só o FUNDEB que deve servir para garantir o pagamento do piso, tem de existir a contrapartida do município. Falou que por conta da pandemia, veio muitos recursos para ajudar nesses momentos de dificuldades. Falou que os primeiros dois anos de governo do prefeito Tomazini, recebeu bastante recursos do FUNDEB e por conta disso se fez muitas coisas, obras, compras de equipamentos, alguns ainda nem abertos. Asseverou que toda essa situação gerou esse problema. Acredita que o município não consiga justificar para a União que não tem dinheiro para pagar o FUNDEB, disse que na reunião que teve semana passada com os secretários do município, acharam que ia haver uma proposta, mas só vieram para dizer que não tem dinheiro para pagar. Reiterou que fizeram um cálculo de que se houver a aplicação do Piso, vai chegar a 48% da folha de pagamento, com o limite máximo de 54%. Reiterou que não vão conseguir justificar para a União que não possui condições, porque possuem. Falou que vão ter que demonstrar financeiramente isso. Há recursos para fazer outras coisas, mas não a educação, mas disse que aí seria uma questão de prioridade. Falou que o Tribunal de Contas de Santa Catarina definiu que é possível, dar o reajuste que está previsto em lei, o município terá que adequar seus limites de outras formas, que a lei de responsabilidade estabelece. Lembrou da situação que disse, da questão dos 3%, disse que o STJ decidiu que a aplicação da lei do piso não se aplica automaticamente na carreira, salvo se a legislação municipal prever desta forma. Falou sobre outra situação, onde o secretário foi nas rádios, foi em reuniões e falou que o professor em final de carreira vai ganhar R$ 8.000,00, disse que não. O maior salário hoje da educação é R$ 6.984,00, bruto. Se descontar o imposto de renda, vai para R$ 5.948,00. Falou que este salário no teto, para 25 anos de carreira não vai deixar rico, pelo contrário, terão que continuar trabalhando depois. O município não irá pagar R$ 6.984,00, mas sim R$ 5.948,00, porque o resto vai ficar nos cofres no município, porque todo o imposto de renda retido na fonte, seja para pagamento de fornecedores, folhas de pagamento, qualquer pagamento que o município faça, irá ficar nos cofres públicos da cidade. Comentou que o piso máximo no qual o fala, é o piso máximo em final de carreira, com doutorado, ou seja, precisa estar no final da carreira, tendo doutorado, dizendo que a maioria não irá chegar neste valor. Disse que o motivo do sindicato ter vindo à Tribuna, é pedir o apoio dos vereadores. Falando que os funcionários estão pedindo a ajuda de vocês. Reiterou que não está se pedindo favor, dizendo que é a lei, obrigação e não favor. Concluiu dizendo que o tom do secretário causa certa revolta, criando um antagonismo ao sindicato que eles mesmos não criaram, dizendo que não querem brigar, fazer greve, bagunça, falando que quer fazer uma campanha visual. Com a palavra, o vereador Jairson Sabino. Falou que é muito importante a presença da assessoria jurídica do sindicato, no qual já foi prefeito, sabe como funciona, já foi vereador e sabe das limitações, sabe a prática. Agradeceu a

presença e as explicações, falando que é lamentável que o governo tente desacreditar as colocações da classe, através do sindicato. Disse que, com respeito ao secretário Josias, a impressão que ele quer passar, é que a assessoria jurídica não sabe fazer contas, ficando um negócio estranho, de menosprezo e pouco caso. Falou de se trabalhar de forma honesta, de forma adulta, profissional e ética. Reiterou que há dificuldades em pagar, dificuldades de caixa, disse para negociar. Mas reiterou que sugerir em entrevistas na mídia, ou até mesmo com os vereadores, que o sindicato não sabe fazer contas, que será um tiro no pé, vai 'achatar' salário. Em outra sugestão que fez as contas, da sugestão do secretário de reduzir carga horária dos atendentes para reduzir salário, não ia ficar nem seis por meia dúzia, os atendentes iriam perder no cálculo, disse que falou direto ao secretário. Disse que a sugestão do secretário era modificar as horas, que na proporção os atendentes iriam perder. Reiterou que neste assunto é a mesma situação. Concluiu que na sua opinião, os vereadores têm o próprio discernimento para tomar assunto das proporções e tratativas na lei, não precisando que o executivo venha "dar aula" para os vereadores. Com a palavra, o vereador Hélio Alves. Falou, citando a vereadora Terezinha, que precisa chegar a uma conclusão, porque se é lei, precisa ser cumprido, porque falou que se fosse uma empresa privada, não poderia pagar abaixo do que está na lei. Reiterou que precisa fazer o ajuste e acertar a porcentagem. Falou que sempre respeitou os professores e nem caberiam aos mesmos estarem na sessão, cansados, batalhando por uma lei que deveria ser cumprida ao longo do tempo. Disse que além dos professores, vigilantes, auxiliares de serviço, pedreiro, carpinteiro, pintor, que precisa olhar por eles. Mesmo se for preciso parar algum projeto de obra que está no plano, mas precisa olhar para o servidor, porque se em sua empresa não valorizar seus funcionários, não irá para frente. Os funcionários públicos são a mesma situação, mesmo que ainda há pessoas que falem mal, disse que já foi secretário e pode falar com firmeza e clareza, que há pessoas que vestem a camisa, seja qualquer cargo, são todas pessoas que batalham e vão se aposentar com um salário que ainda precisariam de mais um trabalho para se manter. Concluiu dizendo ao Sr. Fernando Mallon que o que depender dele, vão dar um jeito no reajuste. Com a palavra, a vereadora Lindacir Conde. Comentou que todos sabem que é professora do estado de Santa Catarina, aposentada há 10 anos e disse o que eles estão passando, elas passaram também. Disse que foi extremamente difícil, ganharam de um lado, mas perderam no outro, mas realmente o piso é como se fosse um salário mínimo, é lei, de alguma forma precisa ser pago. Falou que entende que não há recursos, entende a parte do secretário que ainda faltam recursos, mas a nossa prioridade enquanto vereadora sempre será duas coisas: saúde e educação. Falou que o desenvolvimento e infraestrutura é muito importante para o município, fundamental, mas as pessoas são muito mais importantes, disse que os professores podem contar com ela. Reiterou que fez uma indicação de reivindicação de aumento salarial para as secretárias, mas ficou sabendo agora da reivindicação dos professores. Asseverou que todos eles são um conjunto, a gestão, atendentes, professores. Todos devem ser contemplados.

Agradeceu os esclarecimentos. Com a palavra, a vereadora Carla Hofmann. Falou que como tem sido colocado e muito assertivo, o que é lei precisa ser cumprido. Fez questionamentos ao Sr. Fernando Mallon, comentando sobre a fala do secretário, havendo uma disparidade nas colocações do Sr. Fernando Mallon no sentido dos valores salariais. Qual seria hoje o valor inicial de carreira e o valor final em relação aos professores da rede pública municipal de ensino? Sr. Fernando Mallon responde que o inicial hoje é o valor do piso salarial 'velho', não o atualizado, asseverando que o prefeito ano passado concedeu o piso e a extensão à carreira. O teto para professores atual é R$ 6.984,00 para o final da carreira, com doutorado, o topo. Disse que o valor máximo que chega hoje é em torno de R$ 7.500,00 para especialistas em uma categoria pequena. O piso atual é de uma progressão de 3% a cada letra do valor do piso do ano passado. Vereadora Carla replicou que queria apenas esclarecer por conta da fala do secretário que havia mostrado outros valores. Disse que na função legislativa, os vereadores não têm a possibilidade de alcançar qualquer valor que seja, deixando claro que aumento salarial é simpático. Questionou, reiterando que o Sr. Fernando Mallon já esteve como vereador e se existe outra possibilidade legislativa para interferir ou gerenciar um diálogo mediando o sindicato junto ao poder executivo? Sr. Fernando Mallon responde que a ideia partiu dos professores de vir até aos vereadores para deixar a par, indagando que o secretário Josias sempre vai às rádios, ficando uma comunicação injusta. Reiterou que o que pede aos vereadores é que se manifestem para reivindicar o aumento salarial dos professores. Dizendo que alguns projetos que venha do Executivo possam ser repensadas ou até postergadas para garantir recursos para o piso. Deu exemplo do planetário, que disse que é muito legal, mas custoso, podendo ser investido em outros momentos. Comentou a fala do secretário Josias que 85% do FUNDEB está indo para a folha de pagamento. Reiterou que é errado, porque se for isso, está descumprindo a lei. Falou que dá para gastar mais, porque em legislaturas passadas já foram feitas bastante reformas, então dá para focar no piso dos professores. Reiterou que não quer bagunça, brigas, mas sim ser ouvidos. Vereadora Carla finalizou falando que a reinvindicação é justa, assim como todas as categorias dos servidores públicos devem ser ouvidas e respeitadas. Finalizou pedindo ao sindicato e aos professores para que não se feche o diálogo, dizendo que é a melhor saída. Asseverou que o sindicato sempre foi aberto ao diálogo e não é necessário fazer alguma ação judicial ou 'briga' para alcançar o que quer, para não ter um desgaste do município. O compromisso como vereadora é de apoio à causa, mas que não se distancie do caminho do diálogo. Vereador Jairson Sabino pede aparte. Enfatizou que já existe um certo desconforto da parte dos pais dos alunos, considerando a possibilidade de uma paralisação. Reiterando que apoia a causa dos professores, por se tratar de lei e que é merecida, não só questão de consideração. Sr. Fernando Mallon replica que não há intenção nenhuma em fazer greve, disse que vão continuar trabalhando, atendendo as crianças com qualidades, ainda que não estejam sendo lembrados. Falou da última reunião que teve com o secretário na última sexta feira, falando para ele que não irá deixar virar o ano sem

entrar com uma ação na justiça, porque no outro ano já terá outro piso, então não dá para deixar passar. Reiterou que o secretário disse que ele quer pagar o piso tanto quanto o prefeito, mas só estão vendo de outra forma, que não é correta. Disse que caso a ação judicial correr na justiça, o secretário vai deixar na decisão do juiz. Indagou que estão vendo do secretário um distanciamento desse diálogo. Asseverou que se o prefeito dar o aumento, irão elogiar, boas ações devem ser elogiadas. Com a palavra, o vereador Darlan Guliani. Falou que respeita a opinião e os esclarecimentos. Disse que tem feito várias visitas em escolas no município, escolhendo duas ou três escolas por semana para visitar. Em sua opinião, o qual votou no Sr. Fernando Mallon para prefeito em seu primeiro mandato, falando que mudou sua vida em questão cultural e financeira por meio da educação. Falou que a educação é um dos pilares que segura a administração pública, acha que a escola tem de ser tão atrativa quanto a casa que o aluno mora. Citando a fala do ministro da educação, dizendo que o município que não der conta de suprir a demanda do piso salarial, deveria tirar dos cargos comissionados. Asseverou que o Sr. Fernando Mallon, que já foi prefeito e sabe como funciona a administração pública e os cargos comissionados, questionando se é possível? Sr. Fernando Mallon respondeu que não é possível, reiterando que os cargos comissionados na secretaria de educação são exercidos por servidores de carreira. Disse que não dá para eliminar, mas sim reduzir, falou que precisa ser visto, precisa ter prioridades, se o piso não for priorizado, vai haver ações judiciais públicas, indagando o vereador que se não for gasto pelo menos 25% do orçamento em educação, é ‘caixão’ para o gestor. Disse que neste governo já foi feito muitas reformas sim. Falando que em seu governo foi feito muitas reformas em escolas, deixando apenas uma, a Carlos Doetch, que coincidentemente era o nome de seu bisavô. Reiterou que em um momento que terá de escolher entre pintar uma escola e pagar o piso, que é lei, a prioridade é o piso. Vereador Darlan complementou que são 48 unidades escolares, 28 delas reformadas e pondera que as reformas passam além da pintura. Falou que toda crítica é bem-vinda, desde que seja construtiva e demonstre melhorias. Em sua análise de dados recebidos, viu que atualmente o FUNDEB não cobre a folha, mas irá verificar novamente. Finalizou agradecendo a explanação e que podem contar com os vereadores. Com a palavra, vereadora Terezinha Dybas. Iniciou reiterando que a lei deve ser cumprida, também dizendo que, como líder de governo, participa de diversas reuniões no Executivo. Ponderou que o prefeito quer conceder o aumento na carreira e não só no inicial, o secretário ainda mais. O motivo de não ter sido feito agora, está no quadro mostrado no telão, não justifica tudo mas explica o atual momento. Disse que os dados na tela mostram os valores que estão sendo transferidos do FUNDEB para São Bento do Sul e o valor gasto com salários neste ano. Reiterou que este não é o único motivo do aumento ainda não ter sido dado. Hoje o município está gastando do que vem do FUNDEB, 82%, onde não pode ser gasto mais que 85% previsto em lei. Mostrou uma imagem de uma folha de pagamento para mostrar os detalhes do salário, que está na letra ‘F’ de carreira, tendo rendimento ao professor cerca de R$ 8.000 reais, falando

que quando se fala de salário, se fala do bruto e nunca do líquido, porque no líquido pode haver outros tipos de desconto. Mostrando outra planilha de valores, disse que a prefeitura teria de adicionar mais R$ 303 reais no valor. Reiterou que este valor não parece alto, mas somando toda a tabela daria em torno de R$ 6 milhões ao ano. Citando a fala do vereador Hélio, dizendo sobre o gasto de R$ 1 milhão em segurança, comparando ao gasto recorrente do acréscimo do salário, o primeiro valor será gasto apenas uma vez, ponderou dizendo que não é contra o aumento, mas discutir como o aumento será feito. Disse que politicamente falando, dar o aumento imediato contaria 'pontos' ao governo. Conta que o que já foi feito na administração pública para os professores, foram feitas algumas regências para algumas categorias, piso do ano de 2022 na carreira, aumento do vale alimentação para todos os servidores públicos e também a aula excedente. Reiterou que todos esses são benefícios, mas ainda é preciso dar o aumento previsto em lei. Disse não ter a resposta de quando será dado esse aumento. Indagou sobre a preocupação do IPRESBS, que existe um valor descontado, que todos pagam, comentando que tanto na iniciativa privada quanto na pública, é preciso pagar uma porcentagem a mais para o servidor além do já descontado na folha. Falou que no momento atual, a porcentagem dos servidores públicos não é suficiente para garantir a aposentadoria das pessoas e a prefeitura estará precisando pagar neste ano mais 18,30%, onde o servidor já paga descontado em folha, mais 16,45% onde a prefeitura paga e mais 18,30% para complementar. No ano de 2024, é o desconto na folha do servidor, mais 16,45% da prefeitura obrigatório por lei e mais 21,7% para complementar e não deixar o aposentado sem salário. Já em 2025, será acrescido mais 34,42% em cima da folha de pagamento, pago pela prefeitura. Concluiu que essas questões precisam ser levadas em consideração, e questionou o Sr. Fernando Mallon como que o sindicato está vendo a questão do IPRESBS, onde gostaria que a discussão dela fosse trazida para a Câmara de Vereadores. Sr. Fernando Mallon respondeu sobre a folha de pagamentos, que os acréscimos são todos benefícios pessoais e o piso estabelece o vencimento e não a remuneração, falando que essas citações do secretário foram um jogo de palavras para tentar dizer que ''está muito bom e não precisa aumentar nada''. Sobre a previdência, disse que conversou com seu sócio, advogado previdenciário, conversou sobre a realidade do município em relação ao IPRESBS. Reiterou que vai haver uma reforma previdenciária em algum momento, que vem de cima para baixo, falando que idade de 50 anos antigamente era considerada uma pessoa mais velha, hoje não mais. Asseverou que a apresentação da vereadora mostra a realidade atual, dizendo que é inevitável a reforma, assim como o piso. Comentou que em uma assembleia do sindicato, alguém disse que parece que o secretário quer escolher qual lei vai cumprir, não dá para escolher, tem de cumprir todas. Indagou que se alguém não pagar o IPTU não tem perdão, mas o poder público tem tratamento diferente por não pagar o que está previsto em lei. Comentou que a educação é investimento, porque as pessoas que estão na escola estarão no mercado de trabalho no futuro. Concluiu falando que entende sobre a questão previdenciária, que é uma realidade, mas ela vai mudar

inevitavelmente, que aliviará o peso monetário do poder público. A sra. presidente reiterou que ela e o vereador Adriano gostariam de se manifestar, mas de acordo com o regimento interno não se poderá passar do horário. Finalizando dizendo que educação é investimento e a valorização dos professores também é. Não havendo mais nada a ser tratado, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e convocou os vereadores para a próxima sessão ordinária, que se realizará no dia 24 de julho de 2023 e encerrou, mandando lavrar a presente Ata. Sala das Sessões, 17 de julho de 2023.

ZULEICA MARIA SOUSA VOLTOLINI
Presidente

HÉLIO ALVES
Vice-Presidente

ADRIANO REINHARDT
Primeiro - Secretário

JAIRSON SABINO
Segundo - Secretário

CARLA ODETE HOFMANN

DARLAN ANDRÉ GULIANI

KAREN LILI FECHNER

LINDACIR EMIDIA CONDE

PAULO ZWIEFKA

TEREZINHA MARIA DYBAS